



**XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

**GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação**

**O LUGAR DO “PATRIMÔNIO CULTURAL” NOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

***THE PLACE OF “CULTURAL HERITAGE” IN CONTEMPORARY STUDIES IN INFORMATION SCIENCE***

**Maria Lígia Triques. UEL.**

**Ana Cristina de Albuquerque. UEL.**

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Parte-se da percepção de que a expressão “patrimônio cultural” tem sido cada vez mais encontrada em publicações científicas da Ciência da Informação e áreas afins, em especial, na relação com o âmbito digital; sendo que, muitas vezes, o motivo de sua utilização fica implícito. Logo, se entende necessária uma reflexão sobre a popularização dessa expressão, não enquanto uma recorrência ocasional, mas sim, como uma expressão explicitada ou definida que ajude a compreender o lugar que o “patrimônio cultural” ocupa nos estudos da Ciência da Informação brasileira. O objetivo é elencar discussões que possam contribuir com essa reflexão. Para isso, apresenta-se brevemente as noções que moldam a ideia transversal de patrimônio cultural em sentido amplo, a qual resulta na aproximação com a Ciência da Informação, utilizando para isso as referências teóricas da área. Completa-se a análise a partir de uma revisão bibliográfica, qualitativa e exploratória da literatura nacional da área de Ciência da Informação por meio da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), evidenciando a relação com o âmbito digital. Sendo assim, a partir do recorte considerado, conclui-se que, em grande parte das publicações da área, a expressão “patrimônio cultural” é usada sem um rigor conceitual e que isso se deve a um entendimento que vincula o valor patrimonial ao informacional.

**Palavras-Chave:** Patrimônio cultural. Ambientes digitais. Ciência da Informação. Brasil.

**Abstract:** It starts from the perception that the expression “cultural heritage” (“*patrimônio cultural*”, in Portuguese) has been increasingly found in scientific publications in Information Science and related areas, especially regarding the digital scope; also, many times, the reason for its use is implicit. Therefore, it is necessary to reflect on this expression popularization, not as an occasional recurrence, but as an explicit or defined expression that helps to understand the place “*patrimônio cultural*” occupies in Brazilian Information Science studies. The objective is to list deliberations that are able to contribute to this reflection. For that purpose, it is briefly presented the shaping notions of the transversal idea of cultural heritage in a broad sense, a concept that results in an approximation to Information Science, using for that the area’s theoretical references. A bibliographical, qualitative, exploratory review of the national literature in Information Science area completes the analysis, done through the *Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI). The relationship with the digital scope is evidenced. Thus, from the considered clipping, it is concluded



that, in most publications in this area, the use of expression “*patrimônio cultural*” lacks a conceptual rigor, which is due to an understanding that links heritage value to informational value.

**Keywords:** Cultural heritage. Digital environments. Information Science. Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

Essa comunicação científica é dedicada ao termo “patrimônio cultural”, mais precisamente ao seu uso enquanto uma expressão que tem sido cada vez mais encontrada em publicações científicas da Ciência da Informação e áreas afins, que o discutem a partir da gestão e do acesso de seus registros em formatos digitais em rede. Nesse contexto, observa-se que o termo se encontra vinculado à ideia da sinergia das coleções de instituições que lidam com os registros do conhecimento humano, como as bibliotecas, os arquivos e os museus, e com a ampla disponibilização de seus dados em ambientes digitais, plataformas e portais da *web*.

Nesses casos, evidencia-se que muitas vezes o motivo da utilização da expressão “patrimônio cultural” fica implícito no senso comum pelo fato de que essas instituições lidam com objetos da cultura, e, portanto, com o patrimônio cultural. Há ainda trabalhos que, mesmo abordando a noção mais tradicional da expressão, fora do âmbito digital, não a define explicitamente, pois apresentam subentendida a ideia de “valor patrimonial”. Contudo, não só as palavras “patrimônio” e “cultural” carregam um arcabouço de significações que acompanham a expressão, como o próprio desenvolvimento da Ciência da Informação, foco desse trabalho - na relação com as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia - influenciam o uso do termo. Logo, questiona-se: como o “patrimônio cultural” tem sido definido nos estudos contemporâneos da Ciência da Informação brasileira?

Sendo assim, o objetivo aqui pretendido é identificar, na literatura nacional da área de Ciência da Informação, discussões que possam ajudar a refletir sobre a popularização da expressão “patrimônio cultural”; em especial, no contexto dos ambientes digitais, não enquanto uma recorrência ocasional, mas sim, como uma expressão explicitada ou definida que ajude a compreender o lugar que o “patrimônio cultural” ocupa nesses estudos.

Para tanto, propõe-se, em primeiro lugar, apresentar brevemente as noções que moldam a ideia transversal de patrimônio cultural em sentido amplo, a qual resulta na aproximação com a Ciência da Informação, utilizando para isso as referências teóricas da área. Em seguida, a título ilustrativo e no intuito de exemplificar o posicionamento aqui observado,



recorre-se a um levantamento bibliográfico, qualitativo e exploratório da literatura científica, delimitado à produção nacional em português, de modo a elucidar a maneira pela qual o “patrimônio cultural” tem sido apresentado na literatura. Para tanto, utiliza-se a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), devido ao amplo espectro de documentos nacionais da Ciência da Informação que indexam - incluindo áreas e temas correlatos como arquivologia, biblioteconomia e museologia - possibilitando, assim, um delineamento temporal do termo nas publicações em língua portuguesa da área no Brasil.

A partir disso, utilizou-se como estratégia de busca o termo “patrimônio cultural” na delimitação temporal de 2012 a maio 2022 (momento da coleta dos dados). A escolha dos documentos foi condicionada à existência desse descritor nas palavras-chaves das publicações, uma vez que se considera que ao configurar um descritor, há um indicativo de grande relevância teórica do termo para o texto e espera-se que haja sua definição e não somente sua menção. Por fim, com base na análise comparativa dos resultados à luz da fundamentação teórica, procura-se pontuar algumas considerações que possam ajudar a compreender mais claramente o motivo pelo qual o “patrimônio cultural” ocupa tal espaço nos estudos contemporâneos da Ciência da Informação.

## **2 OS ENQUADRAMENTOS DO “PATRIMÔNIO CULTURAL”**

O conceito tradicional de patrimônio (no francês, *'patrimoine'*) advém da ideia de herança paterna, ou seja, transmissão hereditária de bens, relacionado à propriedade privada ou pessoal. Em decorrência das transformações sociais que marcaram o século XVIII, principalmente a Revolução Francesa, o termo assume um sentido mais amplo, passando a designar um conjunto de bens de propriedade comum, destinados à transmissão de uma herança coletiva. Cartas, diretrizes e resoluções internacionais que se seguiram, contribuíram para a consolidação universal da noção de responsabilidade coletiva sobre os legados culturais (VECCO, 2010).

Assim, a conceituação de patrimônio adquire com o tempo novos contornos em uma dinâmica social de ressignificação (GOMES, 2016), dando ênfase para a diversidade cultural (SOUZA; CRIPPA, 2011). Como resultado, tem-se a concepção que é comumente empregada na contemporaneidade pelo senso comum, abrangendo tudo aquilo a que se procede a



salvaguarda, considerando o valor universal para a humanidade e para a perpetuação da memória de um povo.

De acordo com Vecco (2010, p.322, tradução nossa, grifo nosso):

Enquanto a língua francesa usa o termo 'patrimoine', em textos traduzidos para o inglês, podem-se encontrar outros termos como 'property' (ênfase em posse e propriedade) e 'heritage' (ênfase no processo de herança). Este último se tornou o termo mais usado internacionalmente.

No cenário internacional, o termo '*cultural heritage*' "[...] refere-se ao legado de objetos físicos, meio ambiente, tradições e conhecimentos de uma sociedade, herdado do passado, mantido e desenvolvido no presente e preservado (conservado) para o benefício das gerações futuras." (HYVÖNEN, 2012, p. 1, tradução nossa). No Brasil, o termo mais utilizado para se referir a esses bens reconhecidos de acordo com a importância para um povo, designa-se como 'patrimônio cultural'. A exemplo da Constituição Federal de 1988, a qual incorpora:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Tal como no Brasil, cada país tem suas próprias leis e regulamentos, bem como um conjunto de diretrizes técnicas e teóricas que versam sobre a gestão e a proteção de seus bens culturais, reunindo profissionais de diversas áreas e discussões sobre vários aspectos, que, segundo Possamai (2000, p. 16) "[...] vão desde a identificação de um conjunto cada vez mais abrangente de bens culturais – incluindo não apenas monumentos, mas também os bens naturais e etnológicos – até o gerenciamento e sustentabilidade dos patrimônios junto às comunidades locais."

O processo de ampliação da noção de patrimônio que teve seu marco internacional mais precisamente na década de 1970, com a Convenção sobre o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO<sup>1</sup> e, posteriormente, com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial que, em 2003, legou para as décadas seguintes não só uma reflexão crítica

---

1 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



no setor que alterou a forma com que se concebe o patrimônio, ampliando os bens patrimoniáveis, como também permitiu a aproximação da sociedade em geral nesse processo.

Araripe (2004) destaca o fato de que a ampliação do que contempla o “patrimônio cultural” revela - mais do que uma diversidade de novos objetos e temas materiais ou imateriais - a compreensão de que o este se dá em uma dimensão maior: uma dimensão social e humana. Atualmente, observa-se a importância das discussões em torno da participação mais ativa da população naquilo que compõe seus bens de valor cultural e na forma de preservá-los, uma vez que a própria cultura é um processo contínuo e múltiplo, por meio do qual as diferentes comunidades criam, manifestam e registram conhecimentos.

Para Blake (2000), “patrimônio cultural” constitui-se como uma categoria mais limitada do que a de “cultura”, na medida em que a legislação que versa sobre o “patrimônio cultural” pode englobar apenas uma parte de tudo o que pode ser considerado “cultura”, atuando como um qualificador que enquadra essa cultura em um conjunto de elementos mais gerenciáveis. De sorte que tal categorização acaba por conferir ao patrimônio cultural uma forte dimensão política, haja vista que escolher o que faz parte desse enquadramento envolve relações de poder, interesses e conflitos de grupos sociais.

Nesse contexto, o “patrimônio cultural” - expressão ou o termo que interessa neste artigo - é concebido como um processo de atribuição de sentido construído na dinâmica com os grupos sociais ao longo do tempo (SMITH, 2008) e, por essa razão, não tem relação só com o passado, como algo que é puramente herdado, mas com os processos interpretativos que se dão na relação com o presente, tendo em vista o futuro. Diante disso, Dodebei (2005) apresenta o patrimônio como uma categoria circunstancial e, ao mesmo tempo, como um agregado de valor simbólico informacional, que não deve ser tomado como um objeto, mas sim, como um valor agregado ao objeto, seja ele de natureza material ou imaterial.

Ampliando a discussão, Freire (2019), estabelece a diferença entre a “valorização” e a “valoração” dos bens culturais, enquanto termos que remetem a agregação de distintos valores simbólicos. O primeiro, “valorização”, remete ao ato de aumentar o valor ou o preço de algo, “[...] em virtude de ter recebido aperfeiçoamento ou melhoria [...] em virtude de suas qualidades intrínsecas ou raridade [...] ou em virtude de estar em alta o valor ou o preço de seus similares.” (VALORIZAÇÃO, 2009, não paginado). Assim, a “valorização” do patrimônio cultural reflete às ações governamentais e institucionais de tombamento e registro as quais



resultam o bem enquanto patrimônio, o que inclui o aumento do valor mercadológico por meio de atividades turísticas, ingressos para acesso, estímulo ao comércio local, por exemplo (FREIRE, 2019).

Em relação a segunda, “valoração”, Freire (2019) esclarece que ela se faz enquanto “[...] ato ou efeito de valorar, de determinar a qualidade ou o valor de algo [...]” e, ainda, como “[...] juízo crítico avaliativo expresso por alguém sobre algo [...]” (VALORAÇÃO, 2009, não paginado), ficando a cargo do que Freire (2019) se refere como “valoração afetiva”, isto é, uma ação ligada a determinação de valor por especialistas e admiradores, estabelecida na relação entre o sujeito e o objeto cultural e, muitas vezes, estando à margem do processo de valorização do patrimônio.

Nessa perspectiva, os patrimônios podem ser entendidos como portadores de informação, nos quais a configuração física não é o principal e sim a análise dos “[...] diferentes valores que são atribuídos aos objetos (históricos, culturais, estéticos, econômicos, entre outros), pois é a partir deles que se reconhece o tipo de informação que se pretende transmitir ao classificar um bem como patrimônio cultural.” (SOUZA; CRIPPA, 2010, p. 5).

Partindo desse entendimento, o patrimônio cultural se aproxima das discussões contemporâneas da Ciência da Informação, enquanto um conjunto de representações das formas de expressão dos diferentes povos, transmitido a partir de vários métodos, tecnologias e modos de criação, produção, registro, disseminação e uso.

### **3 A RELAÇÃO COM A INFORMAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Para Le Coadic (2004, p. 25), a Ciência da Informação “[...] tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso.”, tendo, portanto, como centralidade a informação, enquanto fenômeno social (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Os próprios desdobramentos que culminaram na gênese e desenvolvimento da Ciência da Informação, que tem suas manifestações em disciplinas antecessoras como a Biblioteconomia e a Documentação (CAPURRO; HJORLAND, 2007, SILVA; FREIRE, 2012), revelam aspectos que ajudam a entender o espaço que o patrimônio cultural tem ocupado em seus estudos.

Buckland (1991a), explica que, no início do século XX, a Documentação propunha o conceito “documento” como um termo ou expressão para designar os objetos compreendidos por seu escopo de ação, o que incluía não apenas textos, mas também objetos naturais,



artefatos, modelos projetados para representar ideias e objetos de arte. Logo, “documentos” toma a forma de um termo genérico que designa os objetos portadores de informação (LE COADIC, 2004).

O avanço na automação de tarefas, que se acentuou em meados do século XX, influenciou o crescente uso do termo “informação” como algo que pode ser produzido, armazenado, transformado e usado, implicando em uma concepção implícita de informação como sendo unidades físicas, tais como documentos ou, ainda, coisas intangíveis (pedaços descontextualizados de fatos, opiniões ou ideias) (HJORLAND, 2000).

As concepções acerca da informação como uma unidade física que pode ser definida e medida precisamente marcaram os primeiros anos do desenvolvimento da Ciência da Informação (CAPURRO; HJORLAND, 2007). A influência de diversas vertentes em torno do conceito levou os pesquisadores a discutir várias vezes esse objeto central, resultando no que o estudo de Araújo (2014, p. 70) - ao percorrer as diversas acepções propostas - conclui ser possível separar em três fases: uma primeira fase, em que o conceito de informação é percebido como mais restrito e objetivo, vinculado à “[...] dimensão material, física, sendo o fenômeno estudado a partir de uma perspectiva quantitativa e positivista.”; uma segunda fase, em que o termo adquire uma concepção mais ampla e subjetiva, voltada para a dimensão cognitiva cujos estudos relacionam-se à identificação de significados, interpretações e estão “[...] associados à interação entre dados (aquilo que existe materialmente) e conhecimento (aquilo que está na mente dos sujeitos) [...].”; e uma terceira fase, considerada intersubjetiva, correspondente às tendências contemporâneas, que amplia os estudos da informação ao escopo das relações humanas, considerando os contextos socioculturais.

Por sua vez, Buckland (1991b) analisa os principais usos da palavra “informação” na área e propõe suas três concepções – “informação-como-processo”, designando o ato de informar; “informação-como-conhecimento”, em referência àquilo que é percebido na “informação-como-processo”, o conhecimento comunicado; e “informação-como-coisa”, para designar objetos, como dados e documentos, identificados como informativos pela capacidade de transmitir conhecimento ou comunicar informações. Com isso, destaca a existência de uma dimensão intangível para aquelas informações consideradas pessoais, subjetivas e conceituais, como conhecimento, crença e opinião, que não podem ser tocadas ou medidas de maneira direta (BUCKLAND, 1991b).



Nessa perspectiva, Buckland (1991b) expõe a necessidade de transformar a informação de algo que é intangível em algo tangível, reintroduzindo a ideia de documento como conhecimento registrado, sem, no entanto, deixar de indicar a natureza subjetiva da informação, ao apontar que qualquer coisa pode se tornar informativa se for usada para informar (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

É nesse sentido que a ideia de que itens que geralmente são vistos como importantes por causa de suas potencialidades informativas podem ser chamados de documentos e, quando assim são julgados de forma coletiva, passam a ser coletados, organizados, recuperados e divulgados por arquivos, bibliotecas, museus, periódicos, bancos de dados e outros tipos de espaços de memória (HJORLAND, 2000), incluindo os ambientes digitais, podendo ser compreendidos pela expressão “patrimônio cultural”.

Vale lembrar que o “patrimônio cultural” também tem lugar nas discussões que antecedem a própria origem da Ciência da Informação, ocupando historicamente os espaços das bibliotecas, arquivos e museus. Com foco no suporte de seus acervos específicos, essas instituições assumiram ao longo dos anos a função de custodiar grande parte dos objetos que são tidos como patrimônio cultural, resultando em saberes e práticas que posteriormente configuraram disciplinas próprias - Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia - cujas histórias e epistemologias são distintas, mas que se entrelaçam em diversos aspectos.

Tanus e Araújo (2012) apresentam certos pontos de contato entre esses campos. Um primeiro ponto de aproximação refere-se às próprias instituições cujos procedimentos e métodos decorrem da necessidade de lidar com os acervos, caracterizando a preocupação comum com as atividades e funções de coleta, armazenamento e disseminação da informação. Um segundo ponto encontra-se no conceito de memória, mais especificamente, na relação entre a memória e as ações de coleta e guarda, compartilhando desafios comuns ao salvaguardar o que seria parte da cultura e da memória social registradas em documentos. Por último, a aproximação estaria em um elemento comum às instituições e os campos científicos, o próprio documento, que tem seu conceito ampliado, resultando na mudança da ênfase para o conteúdo, isto é, a informação contida nesses documentos, independentemente de seu suporte físico e formato.

Diante disso, Tanus e Araújo (2012) demonstram que é a partir do entrelaçamento dessas unidades de análise – a) instituições, enquanto espaço/relação; b) memória, vinculada



ao homem/sujeito; e, c) documentos, como algo que só estabelece e cumpre sua função a partir do questionamento crítico - que são integradas a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia dentro das chamadas ciências documentais.

Assim, de forma ampla, é possível observar que essa ideia de ampliação do documento, que ocorre nas ciências documentais, acaba por ser reintroduzida por Buckland (1997b), marcando o que fica conhecido como a “virada cognitivista”, na qual o foco dos estudos da informação é deslocado das coisas para os sujeitos (RENAULT, 2007).

É a partir daí que o foco dos objetos potencialmente informativos se distancia da sua natureza intrínseca, ligada a condição material, e passa a estar nas suas funções informativas (HJORLAND, 2000), isto é, em sua capacidade de comunicar o conhecimento a partir dos valores construídos por meio dos sentidos sociais atribuídos aos objetos. Como coloca Hjørland (2000), para a Ciência da Informação, essa perspectiva exigiu aos pesquisadores abordagens que considerassem estudar os contextos sociais em que os significados e as necessidades deles são produzidos.

Logo, como aponta Maroevic (1998), há uma estreita relação entre o patrimônio e a sociedade, pois é na sociedade que o patrimônio cultural assume o seu significado, ao mesmo tempo em que a sociedade influencia a forma como o patrimônio cultural é entendido e vivenciado. Diante disso, é possível entender que a informação, e seu estudo, ocupam um lugar privilegiado nessa relação, enquanto elemento constitutivo a partir do qual indivíduos valorizam determinados registros e, nesse processo, participam da construção da memória, e, portanto, da cultura (ARAÚJO, 2018). Esse processo, vale lembrar, não é isento de tensões e discursos patrimoniais que envolvem questões políticas e ideológicas (DODEBEI, 2018), as quais implicam diretamente na organização e representação do patrimônio cultural.

Verifica-se, ainda, que o próprio campo do Patrimônio Cultural passou a investigar as potencialidades e especificidades de seu objeto de estudo tal como uma fonte de pesquisa, que deve ser colocado em uma posição de questionamento crítico (TANUS; ARAÚJO, 2012) a partir dos problemas que levantam e dos elementos simbólicos que valorizam ou deixam de valorizar na construção de novos conhecimentos.

Assim, ao considerar que o conceito de informação, no sentido de conhecimento comunicado, desempenha um papel central na sociedade contemporânea como uma força constitutiva (CAPURRO; HJORLAND, 2007), torna-se possível verificar a relação simbólica do



“patrimônio cultural” com a cultura em sua acepção mais ampla: “cultura-como-sociedade” (BLAKE, 2000).

A sociedade, hoje, pode ser caracterizada como informacional e digital. A chamada “sociedade da informação” define-se pelas infinitas possibilidades de produzir, armazenar e disseminar informações (NASCIMENTO; FREIRE, 2014), principalmente a partir da ambiência digital. Logo, os patrimônios culturais, entendidos a partir do que simbolizam, isto é, do que representam e do que comunicam (GONÇALVES, 2009), definem-se a partir dessa sociedade, caracterizada pela possibilidade de que tudo pode ser passível de configurar ou gerar informação.

Nesse contexto, o processo de organização e representação do bem patrimonial, caracterizado pelo registro também em meio digital, transforma o bem, seja ele material ou imaterial, em informação, consolidando o vínculo entre o valor patrimonial e o informacional (DODEBEI, 2011). Em meio digital o patrimônio cultural é visto em um sentido ainda mais amplo, vinculando-se aos serviços, produtos e sistemas de informação, que passam a ser estudados, tal como observa Araújo (2018), “[...] como atores na conformação de determinados quadros de sentido, modos de apreensão, interferências na valorização de determinadas fontes, documentos ou registros.” Em decorrência disso, novas questões ligadas ao campo do Patrimônio Cultural surgem, sobretudo, em relação à legitimidade de seus formatos digitais e de sua apropriação enquanto metarepresentantes da cultura (TARDY; DODEBEI, 2015).

Pela ótica da Ciência da Informação verifica-se que o principal diálogo tem ocorrido no campo das discussões sobre preservação digital desses patrimônios culturais, preservação esta que não depende somente de fatores inerentes ao item, como autenticidade e integridade, mas, sobretudo, na sua relação com o meio e com as formas de disseminação, acesso e uso, que são o que garantem sua sustentabilidade em rede. Assim sendo, como já pontuavam Souza e Crippa (2011), a Ciência da Informação tem produzido reflexões, principalmente no que se refere à perpetuação dos bens culturais por meio da organização e representação da informação e do conhecimento, o que inclui seu formato digital na relação com os fatores sociotécnicos os quais, permitem articular o fazer humano com as tecnologias digitais.



#### 4 “PATRIMÔNIO CULTURAL” NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

Uma breve análise das aproximações do “patrimônio cultural” com a Ciência da Informação já demonstra que o tema vem alcançando um destaque gradual nos últimos anos, formando um corpo crescente de publicações científicas nacionais e internacionais que colaboram para consolidar e ampliar o campo relacional entre o Patrimônio Cultural e a Ciência da Informação. Souza e Crippa (2010) identificaram que a importância do patrimônio cultural para a Ciência da Informação já era assinalada em 2010 por autores formados no campo. Atualmente, verifica-se que o termo “patrimônio cultural” realmente ocupa um espaço de destaque nas produções científicas da Ciência da Informação brasileira, configurando descritores recorrentes em resumos e palavras-chaves.

Como resultado, foram recuperados 101 itens, dos quais apenas os em língua portuguesa e que forneciam uma identificação explícita sobre a definição de “patrimônio cultural” foram considerados para compor o *corpus* de análise. Dessa forma, 73 publicações foram examinadas e, em 46 publicações, foram encontrados trechos e citações que buscam definir explicitamente a ideia com a qual os autores trabalham.

Tendo em vista a contemporaneidade das discussões a respeito do tema no âmbito digital, bem como o enfoque desta pesquisa, incluiu-se nos critérios de análise esse viés aos dados. Sendo assim, observou-se também que, do total dos 73 itens, 25 discutem o patrimônio cultural relacionado ao âmbito digital, mais especificamente, considerando o processo de digitalização, integração e disseminação em rede. Destes, 09 explicitam o posicionamento conceitual em relação ao patrimônio cultural.

Dentre os trabalhos que demonstram alinhamento aos critérios estabelecidos, a análise das definições permitiu constatar que a expressão em estudo é entendida como um conjunto amplo de elementos representantes de valores, que tomam a forma de recursos informacionais de modo a comunicar e simbolizar tais valores. Visto o interesse dessa pesquisa em relação ao âmbito digital, alguns exemplos com esse enfoque são expostos no quadro 1.

**Quadro 1 – Resultados destacados do recorte**

| PUBLICAÇÃO                  | DEFINIÇÃO  |
|-----------------------------|--|
| Schäfer e Flores (2013)     | [...] servem às diversas gerações que sucedem a sua criação, permitindo que estas reconheçam os atos realizados no passado, e as repercussões deixadas para o presente.” (SCHÄFER; FLORES, 2013, p. 173) “[...] representa as formas e meios pela qual a cultura de uma sociedade é expressa e transmitida às gerações seguintes [...]. (p. 175) |
| Reis, Serres e Nunes (2016) | [...] os recursos representantes de identidades sociais, essas étnicas, nacionais, comunitárias, que são símbolos e manifestação viva de realidades não mais presentes, em bens materiais ou imateriais (GONÇALVES, 2009). (p.55)  |



|                                |   |
|--------------------------------|---|
| Ninin e Simionato (2018)       | [...] o patrimônio cultural é concebido como um processo social e cultural de atribuição de sentido por meio dos usos sociais (SMITH, 2008). (p. 5732)  |
| Ribeiro, Borges e Sousa (2020) | [...] a composição do Patrimônio Cultural Científico surge dentro de um processo de “especialização” do Patrimônio Cultural. [...] a noção de Patrimônio Cultural acabou conhecendo uma ampliação do seu entendimento durante os anos pós Segunda Guerra Mundial, à medida que um novo olhar sobre a herança cultural buscava valorizar tanto os nexos históricos quanto sociais da sua escolha. (p. 249) |

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Esses resultados, que marcam a presença do delineamento temporal e contemporâneo do tema, são uma amostra não exaustiva, mas indicativa que ilustra a percepção de que o termo “patrimônio cultural” tem passado por uma generalização de seu uso, especialmente na relação com o âmbito digital. Ressalta-se que o termo “herança cultural”, que também remete ao tema, foi consultado na mesma base, porém não havendo publicações recuperadas, reiterando a preferência do termo “patrimônio cultural” no contexto brasileiro. Ademais, o estudo tem possibilidade de aprofundamentos e melhor detalhamento dos resultados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta comunicação científica foi refletir sobre a perspectiva de que a conceituação do patrimônio cultural, tal como tem sido empregada na Ciência da Informação, se dá em um sentido amplo que não se vincula exclusivamente ao que é instituído em uma instância de poder ou documento legal, mas que ainda estabelece forte relação com o que é institucionalizado em espaços de memória, como bibliotecas, arquivos e museus que lidam com os registros do conhecimento. A ambiência digital ampliou esses espaços, tal como é perceptível tanto na literatura científica, quanto na prática profissional, e com isso novos ambientes informacionais, tais como repositórios, banco de dados e plataformas digitais passam a configurar espaços de memória, e, assim, espaços que lidam com os registros do conhecimento humano.

O patrimônio cultural, enquanto registros ou recursos, ou ainda documentos, são, portanto, vistos como fontes de informações e tidos como elementos que simbolizam, representam e comunicam bens com valor patrimonial. Esse valor, por sua vez, refere-se a um conjunto de associações que acompanham o objeto, que por sua vez, não está condicionado a uma existência material, mas sim, a um registro que permita que essas associações possam



ser acessadas, compartilhadas e utilizadas na geração de conhecimentos, em especial, no universo dos *bites and bits*.

Desse modo, é possível entender que o termo “patrimônio cultural” ao passar primeiro por uma ampliação e posteriormente por uma generalização, tem sido usado na Ciência da Informação para se referir a um conjunto de recursos informacionais criados ou definidos pela sociedade para testemunhar, conservar e transmitir seus conhecimentos de forma a gerar novos conhecimentos. O recorte aqui considerado, portanto, permite verificar que em parte das publicações da área o termo é usado sem um rigor conceitual, mas que isso se deve a um entendimento comum e compartilhado de que o valor enquanto patrimônio está vinculado, sobretudo, ao valor informacional. Cabe, contudo, destacar que o posicionamento conceitual é fundamental para discutir o lugar do patrimônio cultural na Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. **O Que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 01-30, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p01>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, v. 16, p. 111-122, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/9kRv9WpprV9j5jM5NMNPBSL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BLAKE, J. On defining the cultural heritage. **International & Comparative Law Quarterly**, v. 49, n. 1, p. 61-85, 2000.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 jan. 2022.

BUCKLAND, M. K. **Information and information systems**. Santa Bárbara, CA: ABC-CLIO, 1991a.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for information science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991b. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5<351::AID-ASIS>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASIS>3.0.CO;2-3). Acesso em: 19 jan. 2022.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, p. 148-207, 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 19 jan. 2022.



DODEBEI, V. A condição do patrimônio: uma questão de informação? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/46>. Acesso em: 19 jan. 2022.

DODEBEI, V. Memória e Patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. Aurora. **Revista de Arte, Mídia e Política**, n. 10, p. 36, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4614/3473>. Acesso em: 16 jan. 2022.

DODEBEI, V. **Cultura e patrimônio na era da informação**. In: MARINGELI, C. A.S. (Org.). IV Seminário Serviços de Informação em Museus: informação digital como patrimônio cultural. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018, p. 81-90. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322699.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FREIRE, J. M. Patrimônio (s) Cultural (is): Abordagem fenomenológica para estudos de patrimonialização. **PatryTer**, v. 2, n. 4, p. 83-99, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6040/604065779008/604065779008.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

GOMES, A. L. A. Por uma semântica do patrimônio cultural. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 9 No 2, n. 2, p. 441-459, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rici.v9.n2.2016.2421>. Acesso em: 19 jan. 2022.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of documentation**, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007107>. Acesso em: 16 jan. 2022.

HYVÖNEN, E. Publishing and using cultural heritage linked data on the semantic web. **Synthesis lectures on the semantic web: theory and technology**, v. 2, n. 1, p. 1-159, 2012.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Briquet de Lemos, 2004.

MAROEVIC, I. The phenomenon of cultural heritage and the definition of a unit of material. **Nordisk museologi**, Oslo, n. 2, p. 135-135, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.5617/nm.3829>. Acesso em: 16 jan. 2022.

NASCIMENTO, D. S.; FREIRE, G. H. A. Os caminhos da Ciência da Informação. **Biblionline**, v. 10, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16848>. Acesso em: 13 jan. 2022.

NININ, D. M.; SIMIONATO, A. C. Linked open data em instituições de patrimônio cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 19, 2018, Londrina. **Anais [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103392>. Acesso em: 16 jan. 2022.



- POSSAMAI, Z. R. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Revista Ciência e Letras**, Porto Alegre, v. 25, n. 27, p. 189-203, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S002058930006396X>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- REIS, M. G. dos; SERRES, J. C. P.; NUNES, J. F. I. Bens culturais digitais: reflexões conceituais a partir do contexto virtual. **Encontros Bibli – Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 21, n. 45, 2016. pp. 54-69. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n45p54>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- RENAULT, L. V. Paradigmas e modelos: proposta de análise epistemológica para a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, v. 17, n. 2, 2007. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/11/pdf\\_e4d2d42c23\\_0012754.pdf](https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_e4d2d42c23_0012754.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.
- RIBEIRO, C. J. S.; BORGES, M. M.; SOUSA, A. M. C. Proposta de Integração de Recursos do Patrimônio Cultural Científico no Modelo EDM: uma perspectiva de representação de um domínio temático. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 34, n. 2, p. 247-264, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/biblos.v34i2.11864>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- SCHÄFER, M. B.; FLORES, D. A digitalização de documentos arquivísticos no contexto brasileiro. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <http://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/290/290>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- SMITH, L. **Uses of heritage**. London; New York: Routledge, 2008.
- SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 33, p. 1-29, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2012v17n33p1>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O patrimônio como processo: uma idéia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, v. 17, n. 2, p. 237-251, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/17609/14306>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. A. Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. **Biblionline**, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16146>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- TARDY, C.; DODEBEI, V. **Memória e novos patrimônios**. OpenEdition Press, 2015.
- VALORAÇÃO. *In: Houaiss*: dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva, 2009.
- VALORIZAÇÃO. *In: Houaiss*: dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva, 2009.
- VECCO, M. A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible. **Journal of cultural heritage**, v. 11, n. 3, p. 321-324, 2010.